



Recebido em 31/07/2021

Aceito em 27/09/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i39.36907

## ARTIGO

# Apontamentos sobre uma História da travestilidade: costume, perversão, arte e identidade

Notes on a history of travestility:  
social practice, perversion, art and identity

*Anderson Marques Roberto*

Licenciado em História pela UFF

orcid.org/0000-0003-2201-6487

[andersonroberto@id.uff.br](mailto:andersonroberto@id.uff.br)

**RESUMO:** Escrito com base em pesquisa realizada para produção de TCC, este artigo levanta alguns apontamentos para a escrita de uma história da travestilidade, identidade de gênero própria da América Latina, especificamente do território brasileiro. Através de análise historiográfica de documentação e memória, pretendo retomar quatro principais momentos dessa história: 1) uma proto-existência lida enquanto costume; 2) a patologização, criminalização e marginalização; 3) a experimentação enquanto forma artística e, por fim; 4) a conformação e afirmação enquanto identidade. Estes momentos não se seguem um ao outro, mas coexistem, apontando a dialética do movimento de criação do ser travesti.

**PALAVRAS-CHAVE:** Travestilidade. Sexualidade. História.

**ABSTRACT:** Written based on an undergraduate thesis, this paper brings up notes for a history of travestility, gender identity sole from Latin America, specifically from brazilian territory. Through historiographic analysis of documentation and testimonials, I intend to delimit four major moments of this history: 1) a proto-existence read as a social practice; 2) its pathologization, criminalization and marginalization; experimentation as artistic form and, at last; 4) conformation and affirmation as identity. These moments do not follow each other, but coexist, showing the dialectics of the movement of creation of being travesti.

**KEYWORDS:** Travestility. Sexuality. History.

## Introdução

Em pesquisa realizada acerca da tradição do transformismo no Brasil, deparei-me com uma questão que parece ser muito cara a quem estuda a sexualidade humana no país: a questão dos pronomes. Sabe-se que o costume da utilização de nomes e pronomes femininos dentro de grupos de homossexuais masculinos é prática antiga (TREVISAN, 2002), entretanto é incerto, ao analisar fontes e pesquisas sobre o tema, se as poucas referências à identidades trans se devem ao silêncio dos sujeitos observados ou à falta de conhecimento (e, muitas vezes, tato) do pesquisador.

Neste trabalho, proponho analisar o advento da travesti, isto é, pessoa que designada homem ao nascer, cria para si uma identidade feminina<sup>1</sup>, afirmando-se por fim travesti. Rosa Luz, artista, rapper e travesti, em vídeo de seu canal na plataforma Youtube (agora indisponível), define a travestilidade como uma identidade feminina latino-americana associada à marginalidade da história da transexualidade no Brasil. Uma vez que *travesti* é uma palavra importada da língua francesa, hoje ela existe com uma variedade de significados, alguns inclusive conflitantes entre si, em nossa língua, e extremamente desrespeitosos para quem assim se identifica. Entretanto, os movimentos organizados de pessoas transexuais e travestis cada vez mais recusam este tipo de definição que, acreditam, parte de concepções patologizantes e machistas de sua forma de existir.

Cabe, então, observar que a travesti é produto de um processo que se inicia muito antes da importação do termo francês que data apenas da década de 1950 (então utilizado para se referir à presença de homens homossexuais nos bailes de carnaval). Processo este que, cheio de interrupções e silêncios, permitiu a construção de uma identidade nas interseções entre folia, patologia, crime, arte e trabalho.

Dissociar a historicização da travestilidade da experiência homossexual masculina pode provocar uma fragilização da análise. Digo isso não acreditando que a primeira deriva da segunda, mas entendendo que a trajetória destes dois grupos em nosso país perpassa os mesmos caminhos (o mesmo não pode ser dito de casos aparentemente semelhantes em processos históricos completamente diferentes do nosso, como o das *hijras* e dos homossexuais na Índia sob o domínio britânico). Assim, considero necessário utilizar, criticamente, as pesquisas sobre as sociabilidades não-normativas para entender não a identidade travesti, mas o contexto social, dos comportamentos, tradições e procedimentos sociais, jurídicos e morais, em que esta vai se construir.

## Costume

Tanto em Green (2000) quanto em Trevisan (2002) pode-se observar desde a primeira metade do século XX indícios de negociação no que tange à prática do “vestir-se de mulher”<sup>2</sup>. Disputando entre o permissivo histórico colonial e as pressões medicalistas que passam a patologizar e criminalizar a sexualidade não-normativa, o período do carnaval torna-se um evento recorrente e emblemático no seguimento desse processo.

Com o crescimento do policiamento aos costumes (não apenas através do aparato repressivo de Estado, mas também a partir dos aparelhos privados de hegemonia), as festividades carnavalescas representaram durante algumas décadas um espaço de

---

<sup>1</sup> Essa informação é corroborada por Jaqueline de Jesus (2012), mulher transexual e doutora em psicologia social. Cf.: JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília: 2012 (Publicação online).

<sup>2</sup> Não ficou claro, em nenhuma de minhas pesquisas, qual o termo utilizado neste período. Conforme Green (2000) afirma, “travesti” não será utilizado até 1953, pela revista Manchete, portanto considero por bem não usar o termo “travestismo” de Trevisan (2002), fortemente associado à patologização da transexualidade.

relativa liberdade e constituíram um território em disputa para aqueles que desejavam poder se expressar. Entretanto, mesmo nas festas de rua do Carnaval, esse afrouxamento era irregular, principalmente para aqueles que fossem percebidos socialmente como homens<sup>3</sup>, e não era incomum que um folião “vestido de mulher” fosse encarcerado com base no Artigo 379, “Do Uso de Nome Suposto, Título Indevidos e Outros Disfarces”, do Código Penal de 1890. Não seria infundado supor, com base nas afirmações de Green, que teria sido essa irregularidade o que levou o transformismo para dentro dos bailes de máscaras de Carnaval.

Entretanto, ainda que “vestir-se de mulher” não fosse nada fora do comum durante a folia de rua, sendo prática comum mesmo entre pais de família (GREEN, 2000), não significa que a sociedade visse com bons olhos a “pederastia”, nome dado aos comportamentos sexuais não-normativos nesse período. Tomando por exemplo o carnaval de 1941, Green comenta como o Cordão do Bola Preta, tradicional bloco de carnaval do Rio de Janeiro, mesmo coroando uma “Rainha Moma”, versão transformista do Rei Momo, não permitia o ingresso de homossexuais em seus quadros, chegando mesmo a abrir uma espécie de sindicância ao saber sobre as companhias infames de um novo membro.

Um homem “verdadeiro” podia se vestir de imperatriz para imitar uma das tradições do carnaval; um pederasta [sic] não... pois sua transgressão de gênero era circunscrita e delimitada no tempo. A quarta-feira de cinzas restituía a ordem a um mundo virado do avesso durante o carnaval. As representações de gênero eram ordenadamente reencaixadas em modalidades predeterminadas. (GREEN, 2000, p.342)

É neste cenário que surge, em 1930, o bloco Caçadores de Veados, organizado por Antônio Setta, conhecido como “Rainha”. Como crítica à perseguição aos homossexuais, o bloco desfilava pelas ruas cariocas com seus membros usando roupas luxuosas, como plumas e vestidos de lantejoulas. Jornais e revistas então começaram a distinguir o tradicional fantasiar-se cômico praticado por normativos do transformismo, que não fazia chacota da feminilidade, mas buscava mimetizá-la.

A cobertura jornalística da folia dos não-normativos contribuiu largamente para a construção da identidade travesti, uma vez que buscava definir o que e quem eram aqueles que praticavam o transformismo, o que faziam, que lugares frequentavam e no que acreditavam. Mas não apenas a mídia hegemônica<sup>4</sup> exerceu esse poder. Jornais independentes organizados por grupos de homossexuais, como *O Snob* e posteriormente *O Lampião da Esquina*, também contribuíram para essa construção, nem sempre da forma mais positiva, buscando dar um ponto de vista dos “entendidos”. Foi *O Snob*, em sua edição de dezembro de 1968, o responsável por propor integrar-se e desfilarem em

<sup>3</sup> Ao longo de *História da Sexualidade*, Foucault reconstitui a construção da masculinidade, perpassando desde o entendimento do corpo masculino como corpo político, pensado por e para a sociedade, até a construção do vestuário masculino moderno. Cf. FOUCAULT, 2017.

<sup>4</sup> Os principais sendo o Estadão e a Folha de S. Paulo (SP), o Diário da Tarde (MG) e o Globo e o Última Hora RJ).

escolas de samba<sup>5</sup> como alternativa aos bailes de carnaval, então impossibilitados pela recém-decretada proibição do “travestismo”<sup>6</sup>.

A mudança pela qual o Brasil passava nesse momento, que ia desde o campo econômico ao dos costumes, é fundamental para entender, talvez não o processo de surgimento da travestilidade, mas a forma pela qual ela encontrou seu espaço. É assim com a forte influência da cultura estadunidense desde o fim da Segunda Guerra Mundial, principalmente através do cinema e da música e dos movimentos de contracultura, que provocaram uma flexibilização dos códigos de vestuário.

## Perversão

Ainda que a travestilidade não seja, como acredita o senso comum, um desdobramento da homossexualidade masculina, no Brasil, ela será pensada e exercida a partir do “vestir-se de mulher”, especificamente daquele praticado por não-normativos.<sup>7</sup> Isso porque, segundo Eagleton (1997), o surgimento de uma nova identidade não parte de um vazio teórico abstrato, mas de uma leitura e adaptação de experiências do passado, em que o sujeito, em primeiro momento, identifica-se (ou é identificado) com alguma identidade demarcada dentro do contexto em que está inserido e, a partir do momento em que adquire novos conhecimentos, novas experiências, novas visões de mundo, disputa e remodela sua identidade. Dessa forma, faz-se necessário analisar a forma como a sociedade brasileira e também o Estado lidaram com os homossexuais<sup>8</sup>.

Desde o final do século XIX, o crescente interesse pelo estudo da sexualidade demonstrava seu potencial normatizador e mantenedor das estruturas de dominação, quando discursividade médica saiu em defesa da família nuclear, sustentáculo do capitalismo dependente terceiro-mundista que começava a se desenvolver na América Latina. Não é de estranhar, portanto, que em 1872 o médico farmacologista Francisco Ferraz de Macedo refira-se a prostitutas masculinos como “bagaxa”<sup>9</sup> em estudo

---

<sup>5</sup> Desde meados da década de 1960, os desfiles das escolas de samba vinham chamando a atenção da classe média, que passou a participar dos desfiles, e da elite carioca, que observava os desfiles do alto de seus balcões e sacadas. Green (2000) vê o interesse em unir-se às escolas de samba não apenas como forma de manutenção do costume, mas vindo nos projetos e na execução de fantasias e carros alegóricos um retorno ao glamour dos shows de vedetes.

<sup>6</sup> Fiz algumas tentativas de acessar o site da Casa Civil para verificar a procedência da legislação, uma vez que Green não deixa claro a qual proibição se refere. Infelizmente este se encontrava indisponível todas as vezes. Suspeito que Green (2000) se refira ao AI-5, dado que em outros momentos do texto também tenha se referido a este como uma “proibição ao travestismo” [sic], ainda que não o seja exatamente.

<sup>7</sup> Nas pesquisas utilizadas como referência para este trabalho, muitos são os nomes utilizados ao longo do tempo para referir-se a essas pessoas, seja em registros médicos, jurídicos ou orais. Entre eles, os mais comuns serão: bicha, boneca, entendido, homossexual, invertido, pederasta, transviado; muitos deles considerados, nos dias de hoje, extremamente ofensivos, dependendo de quem os utiliza.

<sup>8</sup> Trevisan (2002) aponta que, até meados de 1990, tanto os jornais quanto as próprias travestis referiam-se a elas mesmas no masculino. O que haveria, portanto, seria uma identificação por parte delas com os homossexuais, se não dentro do sistema sexo-gênero-desejo (talvez por falta de uma ideia socialmente difundida o bastante para se justificar), no mínimo política.

<sup>9</sup> Segundo Green (2000), uma gíria para “mulher que se prostitui”.

publicado acerca da prostituição no Rio de Janeiro. A associação entre “comportamento homossexual” e uma suposta essência feminina, é claro, só fazia sentido dentro do rígido sistema sexual binário que, nas Américas, tentava se hegemonizar desde a colonização.

A questão da prostituição “masculina” é importante para entender a travestilidade, uma vez que demonstra a forma como se lidou com a não-normatividade em finais do Império e nos princípios da República, e como se deram as mudanças decorrentes do pensamento eugênico (que teve seu auge nas décadas de 1930 e 1940, através da ação de nazistas e integralistas) no país. Segundo Trevisan, nesse momento, o problema da não-normatividade sexual era a sua visibilidade, isto é, enquanto estivesse selada no interior dos teatros, cabarés e prostíbulos, não era incômodo. Mesmo quando a prostituição masculina tornou-se visível no Rio de Janeiro, a resposta do Estado teria sido a importação de prostitutas para diminuir seu consumo, chegando a trazer para o país uma média de 554 prostitutas por ano entre 1867 e 1900 (mas considerando que a primeira medida do tipo foi tomada em 1846).

Já no século XX, haveria uma intensificação da comercialização e mercantilização do sexo, em razão do processo de urbanização e modernização do país que amplificou o abismo entre a prosperidade econômica da classe média e o empobrecimento dos mais pobres. Green propõe que, uma vez que mais pessoas estavam dispostas a pagar por sexo, mais pessoas viam a venda do próprio sexo como uma fonte de renda. No caso do “homem efeminado”, principalmente os mais pobres, com o policiamento dos costumes e a dificuldade em conseguir outros empregos<sup>10</sup>, esta era, muitas vezes, sua única opção. A boneca (nome *entendido* para o bagaxa) foi, nos anos 1970, gradualmente substituída nas ruas por travestis (com o termo sendo utilizado no masculino), reconhecidas não apenas por utilizar roupas “femininas”, mas também por muitas vezes buscar, através da hormonização e de procedimentos (e cirurgias) estéticos, a mimetização da “feminilidade” que acreditam lhes faltar.

O período da ditadura foi mantenedor das contradições que sobreviviam desde finais do Império, mas alimentado pelas ideologias provenientes do novo século. Assim, novamente, havia relativa tolerância dentro do sistema que, sim, perseguia os “homossexuais”, mas não de forma sistemática, preocupando-se muito mais com a “publicidade desse estilo de vida”, então associado à subversão, à degeneração dos valores formadores da sociedade ocidental (“a família e os bons costumes”) e, finalmente, ao comunismo. Aqueles que se mantivessem em espaços bem demarcados, como festas em lugares fechados e isolados ou certas profissões, seriam tolerados<sup>11</sup>. Entretanto, aqueles que se atrevessem a aparecer em público, como travestis que se prostituíssem nas ruas, quem se envolvesse com qualquer forma de ativismo ou jornalismo “homossexual”, festas que não seguissem os padrões de incognitudo, seriam sumariamente reprimidos. Há relatos de travestis sendo espancadas, extorquidas, estupradas e exploradas durante o período em que estiveram sob custódia do Estado.

---

<sup>10</sup> Os que têm sua origem na classe média, seja das grandes cidades ou do interior do país, geralmente trabalham como cabeleireiros, maquiadores, figurinistas, etc, enquanto os de origem pobre não veem outra alternativa a não ser a prostituição, conforme demonstram as muitas biografias de travestis publicadas na última década.

<sup>11</sup> Ainda que houvesse a constante ameaça de batidas policiais e, no caso dos shows de travestis, censura.

Também não são poucos os casos de internações em hospitais psiquiátricos que, nesse momento, ainda utilizavam como “tratamento” drogas, eletrochoque e terapias pseudocientíficas das mais diversas.

Diz-se que não houve perseguição sistemática contra “homossexuais” porque todo o aparato legal que justificava essa perseguição não era voltado especificamente para eles, mas para o controle e cerceamento das liberdades políticas<sup>12</sup>. Travestis, entretanto, eram especialmente afetadas pela “Lei da Vadiagem”, como ficou conhecido o Artigo 59 da Lei das Contravenções Penais de 1941<sup>13</sup>. Bem anterior à ditadura, mas exemplar do pensamento<sup>14</sup> que a justificava, o decreto-lei estabelece como “vadia” qualquer pessoa que não possa comprovar a origem dos recursos financeiros que a sustentem (mas não estabelece uma forma de verificação, deixando cada delegacia responsável por determinar um critério), e foi uma das principais ferramentas de limpeza social utilizadas pelo Estado brasileiro, principalmente nas capitais, onde as gentes empobrecidas do interior do país se acumulavam em busca de melhores condições de vida. Este foi e continua sendo o caso de muitas travestis, segundo as pesquisas realizadas por Pelúcio (2010) e Vartabedian (2019).

A partir de 1968 e ao longo da década seguinte, houve um aprimoramento do policiamento ostensivo (resultado das preocupações da ditadura militar com a resistência armada e os assaltos a bancos praticados por esta), não apenas no espaço público, mas também sobre os tradicionais espaços de sociabilidade *homossexual*. São Paulo foi exemplar nesse sentido, quando, entre 1976 e 1982, sob o comando do delegado José Wilson Richetti, as polícias civil e militar organizaram-se, com respaldo da Secretaria de Segurança Pública, para elaborar planos de ação e estudos criminológicos focados no combate às travestis. As brechas abertas na legislação para a repressão não se limitavam apenas à Lei da Vadiagem: a definição de crime de “Importunação Ofensiva ao Pudor”, presente também na Lei das Contravenções Penais de 1941<sup>15</sup>, também foi utilizada para a perseguição de travestis. Utilizando-se do caráter moralista

---

<sup>12</sup> Segundo levantamento feito por Rodrigues (2015), o enquadramento de homossexuais era feito principalmente com base nas seguintes legislações: Lei de Imprensa (Lei nº 5.250 de 9 de fevereiro de 1967); Código Brasileiro de Telecomunicações (Decreto-Lei nº 236 de 28 do mesmo mês e ano); Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314 de 13 de março de 1967); o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 (que tornou possível a expulsão de alunos e professores de estabelecimentos de ensino público, entre outros motivos, pela prática de atos contra a moral e os bons costumes); e censura prévia (Decreto-Lei nº 1.077, editado em 26 de janeiro e sancionado pelo Congresso em 20 de maio de 1970).

<sup>13</sup> Utilizo aqui o tempo presente porque o Artigo 59, instituído através da Lei das Contravenções Penais de 1941, permanece vigente até os dias de hoje, sem jamais ter sido alterado ou revogado. Em 2012, o Plenário da Câmara votou favorável ao Projeto de Lei 4668/2004, do então ministro da Justiça José Eduardo Cardozo (apresentado quando este era deputado estadual) que pedia a retirada do artigo. Este teria sido arquivado quando enviado para votação no Senado federal. Essa seria a segunda tentativa frustrada de descriminalizar a vadiagem. A primeira fora através do Projeto de Lei 4429/1981, arquivado em votação do Plenário.

<sup>14</sup> Cowan (2015) aponta como os mesmos integralistas que estimularam a percepção negativa dos “apologistas de Sodoma” durante o pré e o pós-guerra, infiltraram-se em várias instâncias formadoras das forças militares (como a Escola Superior de Guerra) e nas várias instituições de repressão do regime ditatorial militar (como o Sistema Nacional de Informações/SNI, o Destacamento de Operações Internas-Centro de Operações e Defesa Interna/DOI-CODI, e a Delegacia de Ordem Política e Social/DOPS).

<sup>15</sup> O Código Penal, ainda que criado por decreto-lei em 1940, só entraria em vigor a partir de 1942. Cf: BRASIL. 1941.

da legislação, Richetti (então delegado da Seccional Centro) baixou a Portaria 390/1976, que “determinava a prisão em flagrante de travestis encontrados [sic] na via pública, e solicitava que fossem fotografados [sic] em seus trajes femininos, para que ‘os MM. Juízes possam avaliar a sua nocividade’” (TREVISAN, 2002, p.420).

A ação de Richetti na Seccional resultou na expulsão de travestis do Centro de São Paulo, migrando para os bairros de classe média. Cumprindo seu papel como aparelhos privados de hegemonia, os meios de comunicação em geral, mas em especial o jornal *O Estado de S. Paulo*, permanentemente associaram travestis à marginalidade e à criminalidade. Até o final da década de 1990, continuariam exigindo a remoção daqueles “indivíduos degradantes que, de noite ou de dia, afrontam sua família, com um comportamento despuadorado” (TREVISAN, 2002, p.421). Não apenas justificando, através da seletividade na escolha de notícias relacionadas à travestis (dando preferência às notícias de roubos, chantagens ou assassinatos relacionados a elas), mas também exigindo repressão policial (através de artigos de opinião e colunas), contribuíram, sem dúvida, para a perseguição e matança de “homossexuais” por civis, como foi o caso do “esquadrão mata-bichas”.

A demanda dos jornais teve como resposta a criação dos “Rondões”, estratégia articulada pelas polícias civil e militar como forma de retirar travestis das ruas de bairros estritamente residenciais, depois estendido por toda a cidade a partir de junho de 1980, diante da proximidade da visita do Papa João Paulo II. A realização de batidas policiais em espaços frequentados por não-normativos, especialmente pontos de prostituição, chegou a contabilizar cerca de 300 a 500 “averiguações” por dia, segundo declaração de Richetti à imprensa. A perseguição foi tamanha que teria gerado revolta, materializada em manifestações, tanto por parte das próprias travestis, quanto pela mobilização de outros grupos que também eram perseguidos. É curioso, entretanto, que a revolta popular acerca dessa repressão só tenha começado em meados dos anos 1980, não necessariamente pelo agravamento da perseguição, mas pela sua nova abrangência. A crise econômica que se seguiu ao “milagre econômico” e o crescimento do desemprego levaram à aplicação da Lei da Vadiagem mesmo contra o cidadão médio, perdendo sua utilidade como forma de angariar apoio popular para o regime.

## Arte

Os shows de transformistas, ao longo do século XX, ganharam bastante espaço na cena cultural nacional. Enquanto trabalhadores, poderiam ser contratados de forma semelhante a quaisquer atores em companhias de teatro convencionais. Enquanto atores ou atrizes, estavam sujeitos à legislação trabalhista, muitas vezes mantendo vínculos CLT com seus empregadores, portando uma carteira de trabalho assinada e, em alguns casos, se sindicalizando. Os shows de transformistas buscavam resgatar o *glamour*, primeiro dos shows de vedetes, especialmente as francesas, e depois da Hollywood dos anos 1920. Os shows mais bem produzidos contavam com verdadeiras equipes: cenógrafo, figurinista, roteirista, diretor, coreógrafo, etc (diferentemente dos shows de *drag queens*, que são um pouco faz-tudo). Mas ao final das contas, mesmo aqueles com menor orçamento, ainda se valiam da “mística da sedução do homem vestido de mulher” (GREEN, 2000, p.379) para lotar seus espetáculos. Os shows de

travesti, é claro, tinham suas estrelas e seus fracassos. No início da década de 1960, a grande maioria ganhava muito mal, o que gerava dificuldades até para pagar seus vestidos e perucas. Muitas das travestis mais famosas foram jovens de classe média ou empregadas dos teatros e da televisão, beneficiando-se muitas vezes dos guarda-roupas de mães, irmãs ou amigas ricas e famosas. Não à toa, muitas travestis de menos sucesso se viram forçadas a se prostituir.

Pode-se dizer que o transformismo no Brasil tem duas datas de nascimento. A primeira data do teatro catequético performado por jesuítas, que, ainda que recusasse quase sempre a presença de personagens femininas, não tinha outra opção a não ser vestir um dos membros da companhia com véus ao representar a Virgem Maria. Desde esse momento, havia um imenso recato em torno da figura feminina, que se estenderia até os dias de colônia e vice-reino. Nesse momento, os teatros públicos não gozavam de boa reputação, fosse na metrópole fosse na colônia. Um ambiente predominantemente masculino, em que as poucas mulheres que frequentavam eram prostitutas, era motivo para que outras mulheres não se aventurassem nos palcos. Na colônia, esse cenário se agravava, uma vez que as companhias eram formadas quase que exclusivamente por homens negros e mestiços. Algumas mulheres até chegaram a integrar grupos formados pelo próprio vice-rei no Rio de Janeiro, Marquês de Lavradio, – enquanto um decreto de Dona Maria I, que proibia a presença de mulheres nos palcos, bastidores e camarins de teatros e casas de ópera, era vigente, vale pontuar –, mas nesses casos se enfatizava na divulgação de seu trabalho que eram todas “gente de bem”.<sup>16</sup>

Ainda que seja muito diferente do que crê o senso comum, o transformismo no teatro era perfeitamente comum aos padrões de moralidade dessa época, principalmente no Brasil – que, segundo Trevisan, era um “país distante de tudo, onde as leis só eram levadas a sério quando conviesse” (TREVISAN, 2002, p.236). Assim demonstraria o registro da revista teatral *A mulher-homem!*, o maior sucesso no Rio de Janeiro em 1886. Interpretada por um famoso ator, a peça contaria a história de um homem que se vestira de mulher para trabalhar como empregada doméstica. Entende-se que o recato em torno da figura feminina a fetichizara, e mesmo os jesuítas entendiam isso, uma vez que em seu livro de regras estaria proibida a presença de personagens femininas em suas peças, com exceção da Santa Virgem, para “evitar que a mocidade de então se distraísse e mergulhasse nas paixões” (TREVISAN, 2002, p.231).

O “renascimento” do transformismo ocorre em meados do século XX, tendo como expoente Ivaná. Desde o final do século XIX,<sup>17</sup> atores especializados na imitação feminina teriam começado a surgir, encontrando espaço principalmente nas “revistas-musicais”. Ivaná era o nome de palco adotado por Ivan Damião, ator português trazido da França para trabalhar na revista<sup>18</sup> *É Fogo Na Jaca*, de Walter Pinto. Destaque em

<sup>16</sup> A noção de “gente de bem” será argumento frequente em questões de cunho moralista na sociedade brasileira. Conforme apresentado no tópico anterior, será largamente utilizado para conquistar o apoio popular na perseguição aos *homossexuais* durante o regime ditatorial militar brasileiro.

<sup>17</sup> Apesar disso, Trevisan (2002, p. 236.) aponta que o primeiro grupo de atores especializado na imitação feminina de que se têm notícias no Brasil foi formado em Cuiabá no ano de 1790.

<sup>18</sup> O teatro de revista tinha por finalidade “re-visitare” as situações do cotidiano sob um ângulo cômico. As peças abordavam temas relativos à política, aos costumes e às mudanças urbanas e sociais, levando aos palcos as mais variadas questões que estavam na ordem do dia.



vários outros trabalhos ao longo da década, inclusive participando de filmes, foi capa da revista<sup>19</sup> *Manchete* em 1953, edição que contou também com uma reportagem e entrevista dela, onde é visível o estranhamento que a não-normatividade sexual causava aos meios de comunicação nesses tempos em que o pensamento eugênico era tão popular. Ivaná teria sido a primeira *travesti* a atuar no Brasil de forma não caricata e ser reconhecida como vedete.

A chegada e popularização das televisões trouxe consigo uma certa decadência para o teatro usual, dos dramas aos programas musicais. Os shows de travestis se beneficiaram com isso. As mudanças no cenário geopolítico também influenciaram. Houve uma gradual mudança estética e de valores, substituindo a França, ex-detentora suprema do luxo e do *glamour*, então amargando uma crise pós-Segunda Guerra, pelos Estados Unidos da América. Os espetáculos, que antes imitavam os shows das vedetes francesas, começaram a copiar os cenários dos filmes hollywoodianos, e mesmo os nomes de palco começaram a imitar os das estrelas de cinema, deixando os das princesas e vedetes de lado.

O sucesso pioneiro de Ivaná teria sido fundamental para que muitas travestis pudessem conseguir se registrar como atores-transformistas no Ministério do Trabalho e no Sindicato dos Artistas. Apesar do baixo nível dos espetáculos e do mercado muito limitado, algumas travestis teriam se tornado razoavelmente populares, chegando mesmo a se apresentar no exterior. Revistas de sucesso, como *Les Girls*, *Mimosas até certo ponto*, *Gay Fantasy*, *Rio Gay* e *Travesti S.A.*, montados entre as décadas de 1960 e 1980, tinham texto original, trilha sonora requintada, danças coreografadas e guarda-roupas luxuosos. Algumas chegaram a envolver profissionais reconhecidos, como Bibi Ferreira para direção, Joãozinho Trinta para cenografia e Denner para figurinos. A iniciativa de chamá-los partia quase sempre dos empresários e, mais raramente, da vontade que eles próprios tinham de trabalhar com determinadas travestis.

Essa popularidade, no contexto da ditadura militar, serviu como abertura para um processo migratório internacional de travestis. Assim como celebridades (inclusive as travestis mais famosas) e opositores políticos, muitas travestis procuraram refúgio no exterior. Foi a Europa o principal destino dessas pessoas, que partiam de seu país em busca de uma população menos preconceituosa, de mais oportunidades de trabalho (fosse regular, nos teatros e cabarés, ou marginalizado, na prostituição) e, muitas vezes, das cirurgias estéticas e de redesignação sexual.

## Identidade

Desde o momento em que o “vestir-se de mulher” ganha contornos artísticos, diferenciando-se da zombaria, é possível perceber uma aproximação entre o respeito (próprio daqueles que viam uma arte no que faziam) e a identificação. Ainda que o termo

---

<sup>19</sup> De Lion (2018) indica que a edição da revista *Manchete* que teve Ivaná em sua capa e matéria principal seria a do dia 26 de setembro de 1953. A informação foi verificada. A edição está disponível em formato digitalizado no Acervo Digital da Biblioteca Nacional e a referência completa encontra-se na bibliografia deste artigo.

travestilidade não existisse nessa primeira metade do século XX, acredito que não seria incorreto utilizá-lo.<sup>20</sup>

Tomemos por exemplo o caso de Marina, apresentado por Green (2000), e observado em detalhado estudo acerca da relação “homossexualismo”-aparência promovido por Leonídio Ribeiro, diretor do Instituto de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, em 1930. Nascida na região norte do Brasil, disse expressar preferências e atitudes associadas com meninas desde pequena, e na escola sentia atração por garotos. Teve sua primeira relação sexual com um inspetor escolar, tendo sido penetrada por este. Poucos anos depois, mudou-se para o Rio de Janeiro e arranhou um emprego no teatro de revista como dançarina<sup>21</sup>. Logo conheceu um homem de status social elevado, com o qual iniciou um relacionamento. Morando juntos, Marina assumiu o papel tradicionalmente feminino de cuidar da casa e montou para si um guarda-roupa “feminino”. Ribeiro entendera Marina como “uma mulher presa no corpo de um homem” (GREEN, 2000, p.136), porque este era o senso comum sobre a não-normatividade sexual de “um homem”. Uma vez que mesmo no campo da medicina resistia um rígido sistema sexual, explicações essencialistas, baseadas na crença em uma suposta essência feminina ou masculina, eram comuns na tentativa de dar sentido ao modo de ser dos que fugiam da cisheteronormatividade<sup>22</sup>.

Da mesma forma que Marina, Madame Satã, nome utilizado por João Francisco dos Santos desde que ganhara um concurso de fantasias promovido pelo bloco do carnaval Caçadores de Viados, representa uma figura em constante disputa entre não-normativos cis e transexuais. Sabe-se que Madame Satã utilizava seu nome não apenas em apresentações, mas também socialmente, que misturava elementos de vestuário “masculino” e “feminino” no dia-a-dia, e que levava um estilo de vida que definitivamente não seguia os padrões tomados como normalidade à época. Muitas vezes descrita como *malandro*, não fora chamada de travesti uma vez que a palavra ainda não era de uso corrente em sua época, mas qualquer pesquisa de campo demonstraria que muitas travestis hoje, especialmente jovens, pobres e negras, tomam-na como referência.

---

<sup>20</sup> É possível questionar em que medida o conceito também não poderia ser aplicado às bonecas, que se mantinham no limiar entre *masculinidade* e *feminilidade*, argumentando que só o faziam pelas limitações sociais do período em que viveram. Meu objetivo, entretanto, não é questionar a legitimidade da identidade de ninguém, seja indivíduo ou grupo. Só quem pode fazê-lo são os mesmos. Aqui proponho uma interpretação da travestilidade também enquanto processo histórico, não apenas em busca da continuidade de uma identidade trans que, como outras identidades sexuais não-normativas, sofre com os silêncios deixados por seguidos períodos de perseguição e apagamento, mas também da dialética própria da formação de qualquer grupo.

<sup>21</sup> Green (2000, p.136) utiliza pronomes masculinos para referir-se a Marina e informa que assim o faz de acordo com a forma como as pessoas entrevistadas por Ribeiro referiam-se a si mesmas. Entretanto, não fica claro se Marina trabalhava como dançarina *vestida de mulher* ou não, e se teria sido este o motivo da adoção do nome. Conforme observação de Trevisan (2002), muitos transformistas, quando especializados nesta arte, adotavam uma identidade feminina também fora dos palcos. Utilizo pronomes femininos por este motivo, porém uma verificação direta aos estudos de Ribeiro se faz necessária para maiores afirmações.

<sup>22</sup> O prefixo *cis*, do latim "deste lado de", foi utilizado por Volkmar Sigusch em 1998 e hoje é utilizado para referir-se a pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi designado desde o nascimento.

Posteriormente, temos ainda o caso de Ivaná, já mencionado. Apesar de ter expressado publicamente seu desejo de submeter-se à cirurgia de redesignação sexual (como a vedete francesa Coccinelle), jamais teria dado prosseguimento às transformações corporais, tampouco teria adotado um guarda-roupas “feminino” no seu dia-a-dia. Seja por questões pessoais, seja por motivos profissionais, Ivan permaneceu Ivaná apenas nos palcos, nas páginas das revistas e na imaginação do público.

A forma como os interesses e os comportamentos desses indivíduos foram categorizados influenciou o processo de construção de suas identidades, ao mesmo tempo em que essas identidades, da forma como estavam estabelecidas, influenciaram os seus processos de identificação. Como observou Michel Foucault (2017), historicamente a “masculinidade” se constrói como a negação da “feminilidade”, conformando enquanto feminilidade tudo aquilo que não é útil ou desejável à vida pública. No capitalismo, qualidades como criatividade e a arte, ainda que admiráveis em outros tempos e culturas, foram consideradas não-masculinas, uma vez que são impróprias para o trabalho que se espera ser cumprido pela grande maioria daqueles que devem trabalhar e produzir riqueza. Nesse sentido, não é surpreendente que homens que apresentassem essas características ou interesses fossem considerados “anormais”, e constantemente associados ao seu “oposto”. O oposto, nesse caso, seria o sexo oposto,<sup>23</sup> compreendido a partir do sistema binário masculino-feminino<sup>24</sup>. Assim, um indivíduo com certas determinações biológicas e interesses ou preferências (sexuais ou não) que não as correspondesse, seria entendido como um “invertido”, muito próximo do que é “feminino” (no caso de pessoas designadas homem ao nascer), desejando em alguma medida sê-lo ou o invejando.<sup>25</sup>

Essa perspectiva foi relativamente popular mesmo entre homossexuais, sendo constantemente disputada dentro da revista *O Lampião da Esquina*. Em diversas edições do periódico, é possível ver posicionamentos, muitas vezes conflitantes, sobre a questão das travestis. Na edição de nº 8, “o travesti” é, ao mesmo tempo, louvada (enquanto forma de arte) e ridicularizada (enquanto expressão pessoal). Na edição de nº 11, ela é humanizada. Na edição de nº 14, duramente criticada enquanto uma forma de homossexualidade latente e desrespeito à mulher. Na edição extra nº 3, é retratada a perseguição a que são submetidas pelo Estado. Na edição nº 36, com a chamada “Brasil, campeão mundial de travestis”, cinco páginas são preenchidas com ambas as perspectivas. Finalmente, na edição nº 41, uma entrevista com Guy Hocquenghem

<sup>23</sup> Até o século XVIII, não havia uma categoria gênero dissociada do sexo biológico. Cf: SCOTT, 1986.

<sup>24</sup> O sistema binário homem-mulher trabalha com ideais, um homem ideal e uma mulher ideal. Os ideais, como as ideias, se transformam de acordo com o lugar e a época. Judith Butler (2003) analisa que, por estarem em constante transformação, estes não podem ser alcançados, apenas performados. A disciplina “fabrica” os indivíduos constante e sutilmente, através de leis e decretos, mas também através de práticas rotineiras e comuns, gestos e palavras, que são “naturalizados”, tomados como corretos sob a legitimação da norma científica, do Estado, e dos aparelhos privados de hegemonia.

<sup>25</sup> Concepções como esta sobrevivem até hoje, muitas vezes não sendo feita sobre qualquer um que expresse o desejo pelo *sexo oposto*, mas sim sobre aquele que expresse a *feminilidade*. Sobrevive no senso comum a ideia de que o *problema* da não-normatividade sexual existe na visibilidade, na identificação pública (e, portanto, política), desta.

coloca a questão travesti como “a questão gay [sic] particularmente interessante no Brasil” (LAMPPIÃO, 1981, p.6).

Na medida em que travestis adentraram espaços antes não receptivos (como pode ter sido Rogéria ganhando o Troféu Mambembe de Melhor Atriz Revelação em 1979, por seu papel em *O desembestado*)<sup>26</sup>, começaram também a questionar sua própria realidade, seu ponto de vista e suas experiências. O corpo não-normativo, até então objeto unicamente das discussões médicas e legais, passaria a ser disputado também por elas. As trajetórias individuais de alguns sujeitos, mais especificamente aqueles que têm cobertura jornalística dos meios de comunicação, adquiriram caráter formativo (quase normativo) nesse processo. Rogéria, por exemplo, mesmo adotando uma aparência feminina no dia a dia e chegando a se hormonizar,<sup>27</sup> ao longo de sua carreira se descreveu de variadas formas. Em levantamento feito por Bortolozzi (2015):

Rogéria, em suas falas públicas, se identifica simultaneamente como gay – “Você vê que nós, gays, não temos ídolos homens. Não nos interessa.” – (Sérgio, 1979, p. 32); como homem viril – “Ser gay não anula o fato de eu ser homem. Meto a porrada mesmo! Com essas unhas, então, você imagina...” (Andrade, 2013); como mulher – “Daqui para frente só tem Rogéria, a mulher.” – (Kalil, 1973, p. 74); como artista transformista – “Na [minha] lápide, estaria escrito: Aqui jaz a maior estrela do transformismo nacional” (Andrade, 2013) – e como travesti – “Porque eu tenho horror que as pessoas pensem que meu sucesso é porque eu sou travesti” (Rogéria Super Star: Confissões íntimas da camisa 10 das travestis, 1981, p. 9. (BORTOLOZZI, 2015, p. 127)

O processo migratório é outro aspecto desse caráter, uma vez que é justamente o sucesso e o retorno das “pioneiras” que vai provocá-lo, numa busca pelo que estas teriam conseguido. Pelúcio (2010) chega mesmo a argumentar que o desconhecimento da história das travestis influenciará negativamente em pesquisas a respeito de tráfico sexual e humano. A inclusão arbitrária destas nas estatísticas demonstraria ignorância a respeito do processo de marginalização pelo qual elas passaram, negando também a sua capacidade de agência e racionalidade, e inevitavelmente levando à leitura incorreta da ação (e conseqüentemente, do combate) das redes de tráfico humano.

Historicamente, o ser travesti estaria na interseção entre identidade de gênero, prática sexual, prática artística, arte, trabalho, interesse, tradição e identidade política. Rogéria, por exemplo, diante dessas várias identidades, escolheria como “artista” a sua melhor definição. Não à toa, travestis, pessoas de identidade feminina, vêm recusando o termo “travestismo” (associado aos aspectos caricatos e medicalistas do “vestir-se de

<sup>26</sup> Não encontrei qualquer fonte para essa informação além de notícias recentes sobre Rogéria e sua própria autobiografia. Os registros da premiação, disponíveis no site do CBTIJ, mantido pela FUNARTE, não fazem qualquer menção à Rogéria e na entrevista feita pelo Lampião da Esquina com Rogéria em janeiro de 1981 também não há qualquer comentário sobre. Aguinaldo Silva, quem faz a entrevista, chega a comentar que Rogéria “nunca fez uma coisa digna do seu talento”, o que me leva a questionar a veracidade dessa informação.

<sup>27</sup> A terapia hormonal ou hormonização consiste na aplicação ou ingestão de hormônios (testosterona, progesterona e estrógeno) e seus reguladores para modificação corporal e equilíbrio hormonal de acordo com os padrões médicos para corpos masculinos e femininos saudáveis.

mulher”), reivindicando a travestilidade, disputando o caráter social e político de sua forma de existir. Entretanto, para Bortolozzi, o abandono do termo travestismo (em busca também de um afastamento da noção de expressão artística) pode representar um problema, uma vez que representaria uma ruptura na continuidade histórica da identidade.

## Conclusão

O período da ditadura militar é significativo para pensar a historicidade da identidade travesti, considerando que é muitas vezes em resposta às perseguições do regime que elas começam a organizar-se enquanto grupo que compartilha de uma mesma experiência e dos mesmos interesses. Ainda que, em termos de política institucional, não fossem muito engajadas (considerando a marginalidade a que eram relegadas, mesmo dentro de espaços *entendidos*), não são poucos os relatos de travestis se manifestando contra as injustiças que sofriam. Os casos de Belo Horizonte (MORANDO, 2015) e São Paulo (BRASIL, 2014) são emblemáticos, com travestis, respectivamente, tomando a iniciativa em grupos de suporte e puxando protestos em via pública com a participação de outros movimentos sociais (o movimento estudantil, o movimento negro, o movimento LGBTQ+ e o movimento feminista). E ainda assim, podemos ver que, como em qualquer outro grupo, há diferentes níveis de interesse ou disposição para a participação de uma vida política ativa, uma vez que travestis de mais fama, preocupadas em manter seus empregos, raramente se manifestavam.

O desgaste do Grupo SOMOS, um dos primeiros grupos organizados de *homossexuais* do país, seria uma antecipação do que se veria como outro fruto da ditadura: a fragmentação daqueles que compartilham a não-normatividade sexual em grupos focados em suas especificidades. A falta de abertura para a discussão dessas especificidades e o discurso medicalizante sobre a travestilidade e a transexualidade que persistia entre os *homossexuais* (como é observável no nº 35 do *Lampião da Esquina*), mobilizou cada vez mais travestis e transexuais para criarem seus próprios espaços. Essa organização se estruturaria a partir da fundação da Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), no Rio de Janeiro em 1992, e da realização dos Encontros Nacionais de Travestis e Liberados que atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS), também no Rio de Janeiro ao longo da década de 1990, e se consolidaria com a fundação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2002.

A principal questão da constituição da identidade travesti é sua construção inegavelmente recente e que segue em progresso. Na medida em que se distanciam da homossexualidade masculina<sup>28</sup>, travestis e transexuais precisam reconstruir sua história, de forma a legitimar sua forma de ser. Da mesma forma que, em nível mundial, vê-se a organização de uma história da transexualidade em torno de figuras como Lili

---

<sup>28</sup> Ainda que historicamente reprimida, a homossexualidade, especialmente a masculina, conseguiu manter certa memória através de um submundo marginalizado próprio. As pesquisas de Green (2000) e Trevisan (2002) são investigações sobre esse tema.

Elbe<sup>29</sup> ou Papisa Joana<sup>30</sup>, no Brasil as trajetórias de indivíduos como Madame Satã, Ivaná, Eloína dos Leopardos e Rogéria teriam servido como fundamento para a afirmação da travestilidade. Jorge Leite identifica esse “descompasso entre as rígidas classificações oficiais e a fluidez das identificações cotidianas” (LEITE apud BORTOLOZZI, 2015, p.126) dos sujeitos no Brasil.

Jorge Leite aponta, por exemplo, que o que se compreende como a identidade “travesti” no Brasil estaria mais próximo do que é chamado em países estrangeiros como “transexual secundário”, enquanto o que é definido em manuais médicos como “travesti” [“travestismo fetichista no CID 10 classificação estatística de doenças e problemas relacionados à saúde (Organização Mundial da Saúde, 2007) e “fetichismo transvéstico” no Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais - DSM (5ª edição, American Psychiatric Association, 2013)] seriam mais ligados a experiência identificadas no Brasil como crossdressers. (BORTOLOZZI, 2015, p.126)

A ideia de uma identidade pautada pela marginalidade, em contraponto a uma pautada pela medicalização<sup>31</sup> de sua condição sexual, “implica compreender como as diferentes sociedades constroem expectativas sociais acerca de seus indivíduos” (SOLIVA, 2018). Dentro da dialética desse movimento, uma análise dessas classificações diz mais sobre a lógica da construção das normas e o manejo das subjetividades, do que sobre uma essência comum entre os que partilham uma mesma identidade.

A sociedade capitalista avançada ainda requer sujeitos autodisciplinados, cumpridores dos seus deveres e inteligentemente conformistas, que alguns consideram típicos apenas da fase “clássica” do capitalismo; só que esses modos particulares de subjetividade entram em conflito com as formas bastante diferentes da condição de sujeito apropriada a uma ordem “pósmodernista”, e essa é uma contradição que o próprio sistema é incapaz de resolver. (EAGLETON, 1997, p.45)

Como reflexo das contradições que o capitalismo produz sobre si mesmo, a identidade travesti afirma-se na marginalidade e, portanto, deve-se questionar em que

<sup>29</sup> Primeira pessoa a passar por uma cirurgia bem-sucedida de redesignação sexual, na Alemanha, nas décadas de 1920-1930. Retratada (com graves incoerências históricas) no livro (2000) e filme homônimo (2016) *A Garota Dinamarquesa*.

<sup>30</sup> Figura mítica que supostamente teria “nascido mulher e vivido como homem”, ingressado na vida monástica e chegou a se tornar Papa da Igreja Católica Apostólica Romana. A lenda conta que teria vivido no século IX. Especialistas ligados à Igreja afirmam se tratar de uma mentira inventada por inimigos do papado no século XIII para se vingar de problemas causados por este. Sua história foi transformada em romance no livro (1996) e filme homônimo (2009) *Papisa Joana*.

<sup>31</sup> A travestilidade não consta no CID-11, nova versão da Classificação Internacional de Doenças, que entrará em vigor em 2022. A transexualidade também foi retirada, mas um novo artigo, “Incongruência de Gênero”, foi inserido, descrito não com o uma doença, mas como uma característica que deve ser especialmente considerada devido a experiências ou comportamentos que podem surgir em resposta a ela.

medida ela poderia existir pr'além disso. Essas incongruências ficam ainda mais evidentes com as construções mais recentes da travestilidades, em que travestis mais jovens continuam afirmando para si uma expressão de gênero feminina, mas numa existência de gênero não-binária, que rompe cada vez mais com o binarismo medicalista. Butler (2003) tinha esperanças que a simples divergência pudesse fazer todo o sistema ruir, mas com o tempo viu como o capitalismo absorve tudo e todos, se for do interesse dos que lucram com ele. Talvez ela tenha observado demais às travestis estadunidenses e não dado tanto ouvidos às suas palavras; do contrário saberia que Marsha P. Johnson disse: “we believe in picking up the gun, starting a revolution if necessary...”.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (Brasil). *História*. [S. l.: s. n.] [201-?]. Disponível em: <<https://antrabrazil.org/historia/>>. Acesso em: 28 jun. 2019.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II*. Brasília, DF: CNV, 2014. 416p. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf)>.
- \_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais*. Rio de Janeiro, DF: 3 de outubro de 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm)>.
- BORTOLOZZI, Remom Matheus. A Arte Transformista Brasileira: Rotas para uma genealogia decolonial. *Quaderns de Psicologia*, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 123-134, dic. 2015. Disponível em: <<https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-bortolozzi/1274>>.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). *Projeto de Lei nº 4429/1981, de 10 de abril 1981. Ficha de tramitação*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [20--?]. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=221460>>.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de Lei nº 4668/2004, de 15 de dezembro 2004. Ficha de tramitação*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [201-?]. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=273651>>.
- \_\_\_\_\_. Câmara aprova fim da pena de prisão para vadiagem. Brasília, DF: Notícias, [S.l. S.n.], [N.p.], 08 ago. 2012. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/amaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/423736-CAMARA-APROVA-FIM-DA-PENA-DE-PRISAO-PARA-VADIAGEM.html>>.
- COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan. (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 27-52.

DE LION, Antonio R. C. Ivaná: a grande dúvida no teatro de revista dos anos 1950. *Albuquerque – revista de historia*. v. 7, n. 14. jul.-dez./2015. p. 102-120. Disponível em: <<http://www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/2973>>.

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 4ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília: 2012 (Publicação online).

LAMPIÃO DA ESQUINA. [s.l.] [s. Ed.] Coleção de periódicos. 1978-1981. Mensal. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquian/>>

MANCHETE. Rio de Janeiro: Distribuidora Imprensa LTDA, 1953- . 1952-2007. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/4794>>.

MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte. In. GREEN, James N. QUINALHA, Renan. (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 53-81.

PASCHOAL, Marcio. *Rogéria: uma mulher e mais um pouco*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016. 272p.

PELÚCIO, Larissa. Mover-se é Luxo: Travestis Brasileiras e o Mercado Transnacional do Sexo. Restrições, Desafios e Direito no Cenário Europeu Contemporâneo. In. *Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos*. Organizado por Horácio Costa [et al]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. p. 887-898.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura. In. GREEN, James N. QUINALHA, Renan. (org.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 201-244.

SOLIVA, Thiago Barcelos. Sobre o talento de ser fabulosa: os “shows de travesti” e a invenção da “travesti profissional”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332018000200506&lng=e n&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332018000200506&lng=e n&nrm=iso)>.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Ed. revisada e ampliada. 5a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.



VARTABEDIAN, Julieta. Migraciones trans: travestis brasileñas migrantes trabajadoras del sexo en Europa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 275-312, Jun. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000100275&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100275&lng=en&nrm=iso)>.

World Health Organization. *International Classification of Diseases 11th Revision*. [s.l.]: [s.Ed.]. Página da internet. Consulta: 13 mar 2021. Disponível em: <<https://icd.who.int/en>>.